



A psicanálise: um projeto de autonomia?

Thamy Ayouch

► To cite this version:

Thamy Ayouch. A psicanálise: um projeto de autonomia?. Cadernos Ser e Fazer, 2005, pp.55-70.
halshs-00940710

HAL Id: halshs-00940710

<https://shs.hal.science/halshs-00940710>

Submitted on 8 Feb 2014

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

A psicanálise : um projeto de autonomia ?¹

Thamy Ayouch

Doutorando na Universidade Paris 7 - Denis Diderot

thamy.ayouch@gmail.com

Psicanálise e autonomia na obra de Castoriadis : posição do problema

« O fim da psicanálise é consubstancial com o projeto da autonomia » declara Cornelius Castoriadis no seu texto « Psychanalyse et politique »², onde destaca a importância que a psicanálise dá à atividade própria do sujeito. Esta autonomia é definida primeiro no texto « Epilégomènes à une théorie de l'âme que l'on a pu présenter comme science », onde Castoriadis apresenta a psicanálise como a liberação ulterior do que antes passava por um determinismo do sujeito. Num modo particular, Castoriadis dá relevo à atividade de um sujeito do saber na psicanálise. A autonomia à que a psicanálise permitiria o acesso caracterizaria uma subjetividade reflexiva. « A psicanálise, afirma em « Psychanalyse et politique », tenta de ajudar o indivíduo a tornar-se autônomo : capaz de atividade refletida e de deliberação »³. Se a reflexão constitui uma dimensão própria ao pensamento filosófico, define-se, porém, na psicanálise, como um voltar do sujeito sobre si mesmo, e um ultrapassar da repetição, segundo Castoriadis.

Eis uma estranha definição da psicanálise pela reflexão, ligada ao conceito de imaginação radical (« imagination radicale ») desenvolvido por Castoriadis. A liberação da imaginação radical é que substitui, na psicanálise, ao recalçamento uma reflexão sobre os conteúdos inconscientes, e ao agir compulsivo uma deliberação lúcida. Referimo-nos ao sexto capítulo de *L'Institution imaginaire de la société*, onde a imaginação radical é apresentada como uma instância que precede a distinção entre o real e o imaginário. É uma capacidade de criar imagens a partir de nada, e que se caracteriza pela autonomia do seu movimento. Mesmo se Freud nunca a nomeia, esta noção seria o tema principal da toda a obra freudiana, sustenha Castoriadis no texto « Imaginaire, imagination, réflexion ». Ela é que cria o mundo genérico em que me encontro com os outros, e o mundo que me é reservado, e ela é que fundamenta a

¹ Este texto baseia-se sobre uma comunicação na Universidade de Verão « Autonomie, sciences humaines, droits de l'homme », na universidade Paris 7 –Denis Diderot, 1 outubro 2004

² Em Castoriadis *Le Monde morcelé. Les carrefours du Labyrinthe III*, p 145. Eu traduzo todas as referências aos textos citados em edições francesas. Lamento não poder citar as obras de Kant, Binswanger, nem Freud nela versão portuguesa : este artigo está escrito em França, onde desgrazadamente, não posso ter acesso às versões portuguesas dessas obras, nem às traduções portuguesas das obras francesas de Castoriadis, Merleau-Ponty, Lacan.

³ « La psychanalyse vise à aider l'individu à devenir autonome : capable d'activité réfléchie et de délibération », « Psychanalyse et politique, em *ibid.*, p 148.

percepção e a imaginação segunda e reprodutiva. Os afetos, as intenções e os desejos são só uma criação desta *vis formandi* não causal. Ao nível colectivo, o equivalente da imaginação radical é o imaginário social-histórico («*imaginaire social-historique* »).

A este respeito, o psiquismo aparece como a fonte de uma criação permanente e a autonomia imputada à psicanálise por Castoriadis consiste na liberação desta criatividade. Além disso, a psicanálise estabelecerá uma nova relação entre o sujeito reflexivo e a imaginação radical que lhe permite fazer projetos e realizá-los.

Esta noção de autonomia é que funda o paralelo que Castoriadis estabelece entre psicanálise e política. Se a psicanálise libera a criatividade individual, a política encoraja a criatividade colectiva ; à nova relação entre sujeito reflexivo e imaginação radical corresponde, em política, uma nova relação entre sociedade instituída e sociedade instituidora. Uma sociedade consciente que criou as leis próprias, cujo imaginário radical é liberado e que pode mudar as instituições pelo exercício da atividade reflexiva e deliberativa própria, é autónoma. Os indivíduos autónomos dependem desta sociedade autónoma, e reciprocamente.

O projeto de autonomia social e individual fundamenta-se então sobre um paradoxo, como afirma Castoriadis em « *Psyché et éducation* » : indivíduos fabricados pela sociedade própria, cuja instituições interiorizaram bem, erguem-se por pô-las em questão.

Este paradoxo seria, acrescenta Castoriadis, comum à psicanálise, à política e à pedagogia, três temas ligados por Freud em *L'Analyse avec fin et l'analyse sans fin* [*A análise com fim e a análise sem fim*]. Acantonemo-nos a notar aqui, para logo desenvolvê-lo, que contrariamente a Castoriadis, Freud evoca os ofícios impossíveis da psicanálise, a pedagogia e a política só numa comparação : a psicanálise, ao menos neste texto, não procede de nenhuma perspectiva nem política nem pedagógica.

Poder-se-ia reconhecer aqui as referências kantianas de Castoriadis, em particular ao texto *Que são as Luzes ?* (*Qu'est-ce que les Lumières ?*). Decerto, Castoriadis não menciona a distinção kantiana entre uso público da razão – o único contexto do preceito das Luzes - e uso privado. Sem embargo, os conceitos de reflexão e deliberação que a psicanálise, a pedagogia e a política provocariam no sujeito parecem ressoar ao « *Sapere aude* » das Luzes, « saída do homem fora do estado de minoridade no que se mantém pela própria faculdade »⁴, coragem de pensar por si mesmo e de usar o entendimento próprio.

Voltemos a Castoriadis para examinarmos como a psicanálise constrói a autonomia do sujeito. A cura psicanalítica não consiste em substituir a instância psíquica do id a do ego, mas antes

⁴ « *Sortie de l'homme hors de l'état de minorité, où il se maintient par sa propre faculté* », Kant, op. cit., em *Critique de la faculté de juger*, p 497.

permite ao « Eu » reflexivo de voltar aos conteúdos inconscientes que lhe chegam, para poder escolher lucidamente as impulsões e idéias que tentará de cumprir⁵. Esta autonomia é descrita como a lucidade que o sujeito realiza com respeito ao próprio desejo e à realidade, e como responsabilidade dos próprios atos, segundo as afirmações de Castoriadis em « Institution première de la société et institutions secondes ». O analisado pode então descobrir os movimentos do inconsciente e « filtrar o que passa do inconsciente na atividade diurna »⁶.

A psicanálise caracteriza-se logo como uma atividade do sujeito sobre si mesmo, e um acesso à autonomia graças ao exercício mesmo da autonomia com a ajuda de alguém. Essa atividade não se reduz à uma técnica mas aparenta, segundo Castoriadis, uma *praxis*, ação de uma pessoa ajudando outra, e uma *poièsis*, pois que libera capacidades criativas.

Recapitulemos essas concepções da autonomia em psicanálise : gana-se pela via de uma nova relação entre o sujeito reflexivo e a imaginação reflexiva dele – em outros termos, o inconsciente dele. Por conseguinte, a reflexão aplica-se indistintamente ao pensamento – sobre tudo filosófico – e à psicanálise : ambas perspectivas são consideradas como intelectuais. Sendo o alvo comum da psicanálise, da pedagogia e da política, a autonomia individual depende de uma autonomia social e ambas definem-se pela capacidade de duvidar das coisas estabelecidas. Na psicanálise, aliás, essa autonomia traduz-se pela lucidade do sujeito com respeito ao desejo próprio, e pela responsabilidade dos atos próprios.

Eis aqui elementos cuja aplicação à psicanálise, porém, não deixa de ser problemática. Ao fundamentar a psicanálise sobre um projeto de autonomia e defini-la como educação à autonomia pelo analista, surgem muitas questões. A pergunta principal consiste em questionar o sentido e a pertinência deste conceito de autonomia na psicanálise. Para tentarmos de responder, analisaremos, a seguir, a crítica dirigida pela fenomenologia à psicanálise precisamente em nome da autonomia. Consideraremos, posteriormente, a partir da definição kantiana da autonomia, o uso desta noção por Freud.

A definição kantiana da autonomia

O conceito da autonomia inscreve-se no pensamento da responsabilidade herdado de concepções luteranas do indivíduo. Aparece a partir de 1745 como tema central da filosofia das Luzes, e Kant o define em relação com a liberdade. Na *Crítica da razão pura*, Kant expõe uma concepção cosmológica e transcendental da liberdade definida como poder de agir

⁵ Castoriadis, « Psychanalyse et politique », in *Le Monde morcelé. Les carrefours du Labyrinthe III*, p 145

⁶ « La psychanalyse : situation et limites », em *Figures du pensable. Les Carrefours du labyrinthe, VI*, p 230

independentemente do mecanismo da natureza. Kant precisa esta definição na *Crítica da razão prática* : a razão prática pura deve legiferar imediatamente na faculdade de desejar. Quando determina a vontade livre segundo a lei moral, vem a coincidir com a liberdade. A liberdade identifica-se com o poder de sujeito de começar ele mesmo um estado cuja causalidade não implica nenhum outro princípio. Se a lei da vontade é a lei moral, a vontade liberta-se inteiramente das condições naturais da sensibilidade que relacionam toda causa a uma causa anterior.

A noção de autonomia da vontade como único princípio da lei moral surge também no texto *Fundamentos da metafísica dos costumes*⁷. O valor moral de uma ação boa não se origina no objetivo que tenta cumprir, mas na máxima que a define, não no móbil material *a posteriori* mas no princípio formal *a priori*. Uma inclinação é a motivação da faculdade de desejar pelas sensações. Portanto, para a lei moral não conter nada das nossas inclinações, deve ser definida unicamente pela forma geral da lei, pelo caráter de universalidade que assinala a lei da razão.

De lá procede o sentido do imperativo categórico « Aja unicamente conforme à máxima que faz que você possa desejar que se torne em lei universal ». A segunda formulação deste imperativo identifica a pessoa como fim em si, e nunca como meio o expediente. A terceira estabelece o fundamento do imperativo categórico no princípio de autonomia da vontade. Aqui salienta-se a idéia que o sujeito pode se forçar livremente, se si submeter a uma lei que emana de ele mesmo. Graças à máxima regendo a ação moral, e que, por princípio, pode ser elevada ao nível de uma lei universal, a vontade pode se considerar como a fonte de uma legislação universal. O homem torna-se então num legislador no reino dos fins. A autonomia consistirá portanto em obedecer à lei universal que o sujeito se prescreveu a si mesmo, e, ao contrário, a heteronímia procederá de uma determinação pela lei do interesse, da sensibilidade, da prudência, numa palavra, da natureza.

Forma pura da lei universal, consideração da pessoa como fim, legislação no reino dos fins : estas noções não parecem muito conciliáveis com o psiquismo tal como o descreve a psicanálise. Sem pretendermos reduzir as numerosas dificuldades do conceito kantiano da vontade, cabe ressaltar que, aqui, um postulado de transparência da vontade a si mesma é que permite coincidirem os conceitos de autonomia como auto-fundação e autonomia como auto-reflexão. Já tendemos a imaginar que o pensamento suspeito da psicanálise desfaz necessariamente esse acordo.

⁷ Restituimos de forma muito sucinta umas análises das primeira e segunda secções dos *Fundamentos da metafísica dos costumes*.

Aqui fica a base do reproche dirigido à psicanálise por certas filosofias fenomenológicas. A exprobração aponta a heteronímia em que a psicanálise inscreveria o homem, e desenvolve-se em dois temas recorrentes : o naturalismo freudiano e a conceição do inconsciente como má fé. Ambos temas sublinham o derrubo da autonomia do homem, seja ao torná-lo dependente de um determinismo natural – físico-químico o biológico – seja ao prestar-lhe uma duplicidade que exclui toda legislação universal da vontade. Esses dois temas respondem-se um ao outro : em ambos, o inconsciente é tratado unicamente a partir da posição de uma consciência que possuir-se-ia inteiramente, e para ambos, a dignidade do homem é que está em perigo. O naturalismo que reduz a *humanitas* do *homo humanus* a uma *animalitas*, segundo Binswanger, por um lado, a limite da dominação da consciência sobre os próprios atos, por outro, expressam a mesma « humilhação psicológica » que menciona Freud ao fim do seu texto *Resistência à psicanálise*. Essas críticas do naturalismo e da má fé correspondem-se nas suas preconcepção filosófica e epistemológica. Por certo, uma posição naturalista condena-se a falhar a dimensão mais característica do psiquismo : a do sentido. De forma muito sucinta, podemos dizer que Freud não desleixa esta dimensão, que constitui o fundamento da perspectiva psicanalítica. Notemos, ainda, que ao conceber a consciência não depender de um mecanismo subjacente, como afirmam os detratores do naturalismo, não se implica que a consciência se possua totalmente, como interpretam os da má fé. O liberar a consciência dos mecanismos físico-químicos ou biológicos não significa necessariamente instaurá-la numa onnipotência.

Vejamos, de forma sucinta, essas críticas para opor-lhes, num segundo tempo, uma outra conceição fenomenológica mais adaptada à especificidade da psicanálise.

A oposição ao naturalismo procede das apreciações de Husserl⁸ ou Heidegger⁹, cujas leituras continuam na obra de Binswanger¹⁰. A conceição de Binswanger é que provavelmente melhor sintetiza estas críticas. A sua exprobração dirige-se à visão redutiva da essência do homem apresentada pela conceição físico-dinâmica freudiana e a sua base biológico-naturalista. No percurso do texto *La conception freudienne de l'homme à la lumière de l'anthropologie*, o fundamento do homem freudiano é identificado como corporalidade determinando toda a essência humana e invalidando toda possibilidade de autonomia do espírito. Ao ser estendido às regiões aparentemente mais livres do espírito, o mecanismo

⁸ Husserl retoma a partição diltheyana entre ciências da natureza e ciências do espírito no segundo livro das *Ideen, Pesquisas fenomenológicas por uma constituição*.

⁹ Heidegger condena, nos *Zollikoner Seminare*, a dimensão redutiva e decompoente da análise, denunciando o fundamento biologista e naturalista das pulsões. Cf. o artigo de Eliane Escoubas, « “La fatale différence” ontologie fondamentale et archéologie de la psyché: Heidegger et Freud », em *Figures de la subjectivité*, Editions du CNRS, Paris, 1992, pp 147-164

¹⁰ Principalmente em *La conception freudienne de l'homme à la lumière de l'anthropologie*, em *Analyse existentielle et psychanalyse freudienne. Discours, parcours, Freud*, pp 201-237

naturalista colocaria a necessidade em lugar da liberdade, e a lei das pulsões em lugar da autonomia. Ao generalizar o procedimento de denúncia da ilusão, a psicanálise mal interpretaria a existência como história natural e esqueceria « o homem moral, mítico, religioso e artístico »¹¹. O princípio de prazer freudiano, todavia, seria, segundo Binswanger, só um modo particular da existência humana. Trata-se aqui do modo do *idios cosmos*, uma categoria que Binswanger retoma de Heráclito por assinalar o encerrar-se do homem num mundo privado onde se vive passivamente num ser momentâneo. O *cosmos* generalizado por Freud da origem a um « ipse não autônomo, levado pelas suas imagens, os seus desejos e as suas pulsões », em vez de um ipse autônomo, « baseado sobre si mesmo e erguido por si mesmo »¹². Porém, mesmo se as neuroses manifestem uma forma de « vida não autônoma, suspensa e ficando suspensa ao instante, opaca a si mesma »¹³, elas não representam a totalidade da vida humana.

Mais uma vez, a autonomia vem derramada também no conceito de má fé, à que se reduzir-se-ia, segundo Sartre, o inconsciente inteiro. A crítica de Sartre fundamenta-se totalmente sobre a definição da consciência como transparente a si mesma, « translucidez à origem de todo saber »¹⁴, mesmo quando não é tética. Ao recorrer ao inconsciente e à censura, Freud pretenderia substituir à idéia da má fé à de uma mentira sem mentiroso, pois que a consciência aparece como outro com respeito a si mesma. No entanto, afirma Sartre, por poder actuar, a censura deve conhecer o que recalca. Assim coexistem na consciência um saber da tendência que se deve recalcar – precisamente para poder recalca-la – e uma ignorância que é o recalamento mesmo : esta duplicidade é, para Sartre, a má fé. Ao refutar a unidade consciente do psiquismo, Freud instaura, segundo Sartre, uma « unidade mágica »¹⁵ que hipostasias ou coisifica a má fé, mas não a evita.

A via da corporalidade, pela que Binswanger acusa e rejeita a psicanálise, é precisamente a via pela que Merleau-Ponty a alcança. A dimensão do sentido que a psicanálise concede aos fenômenos psíquicos pode realizar-se completamente só se o sentido inscreve-se carnalmente, como sentido do e pelo corpo próprio. Não poderemos abranger, neste artigo, de forma detalhada a releitura por Merleau-Ponty de aquelas críticas do naturalismo e da má fé. Contentemo-nos de mencionar alguns elementos desenvolvidos pelo filósofo no seu livro *Fenomenologia da percepção*. No capítulo «O corpo como objeto e a fisiologia mecanicista »¹⁶, ao por em relevo uma zona de ambiguidade colocada entre a consciência e a generalidade do corpo, abarcando a recusa do anosagnóstico o do membro fantasma, Merleau-

¹¹ *ibid.* p 230.

¹² *ibid.* p 234

¹³ *ibid.* p 235

¹⁴ Sartre, *L'Être et le Néant*, p 104

¹⁵ *ibid.* p 88

¹⁶ *op. cit.* pp 88-105

Ponty subtrai o inconsciente à comparação sartriana com a má fé, pois que não se pode tratar aqui de transparência da consciência. O filósofo introduz deste modo um espaço turvo entre saber e não saber, um « saber não sabido » além duma má fé cheia do saber de si. Igualmente, o passado recalcado não é uma representação subsistindo na consciência objetiva, mas um « saber não sabido » mantendo-se num « certo grau de generalidade », numa « escolástica da existência ». A sexualidade também procede desta dimensão de impessoalidade do existir a través do corpo, e concebe-se como produção de sentido cuja especificidade é ser incarnado¹⁷. Outrossim, nas aulas dadas à Sorbona, no texto *O Homem e a adversidade* ou no prefácio ao livro *A Obra e o espírito de Freud* (escrito por Angelo Hesnard), Merleau-Ponty define a sexualidade em relação com a intersubjetividade e propõe uma leitura metafórica do naturalismo da psicanálise. Nas obras ulteriores de Merleau-Ponty, o inconsciente termina sendo o fundamento do sentir, um invisível ao coração do visível e que o sustem, um *punctum caecum* no centro da consciência¹⁸.

Merleau-Ponty logo introduz matizes nas críticas fenomenológicas denunciando o sacrifício da autonomia pela psicanálise. Com efeito, ele contesta as duas críticas principais que recebia de uma filosofia da consciência e que rejeitaram o inconsciente seja como coisa, seja como dupla consciência alienando o homem. Ao recusar a consciência ter a dimensão de uma coisa, a crítica do naturalismo revocava toda conceição substancialista do inconsciente como sede de processos físicos, químicos ou biológicos. Por outro lado, a crítica da má fé reduzia todo o psiquismo à consciência. Merleau-Ponty pode indeferir a segunda crítica ao mostrar, da mesma forma que a psicanálise, que existem atos do psiquismo que não são presentes a si. A seguir, aparta a crítica do naturalismo ao considerá-lo como uma metáfora. O inconsciente energético, este « depósito de pulsões » que percorre toda a obra de Freud, é uma metáfora, do mesmo modo que toda a linguagem é metafórica. Merleau-Ponty esforça-se por considerar essas metáforas como catacreses (metáforas mortas) que devem ser reativadas, investidas com um novo sentido e animadas com o fluxo de imagens vivas.

As autonomias da psicanálise

Seguindo o exame de Merleau-Ponty, encontramos-nos perante uma psicanálise desculpada da acusação de sujeitar a existência humana a uma heteronímia total. As limitações da leitura de Merleau-Ponty são todavia reais. Ele apresenta efetivamente uma psicanálise não separada da fenomenologia, cujo inconsciente não é um « outro palco », segundo a fórmula freudiana, mas

¹⁷ Cf. o capítulo « Le corps comme être sexué », em *ibid.* p 180-202

¹⁸ Como destaca no *Visível e o invisível*, ou nas aulas sobre a passividade (*L'Institution. La passivité. Notes de cours au Collège de France. 1954-1955*) e a natureza (*La Nature. Notes. Cours du Collège de France*).

o « outro lado, o verso (ou a outra dimensionalidade) »¹⁹ da consciência, desprovido de uma tópica, uma dinâmica e uma econômica, em uma palavra, sem regime próprio. *No Visível e o invisível*, o inconsciente surge também sem nenhuma especificidade : não jaz ao fundo do sujeito e por trás da consciência, mas diante dele, e, inclusive, « é inconsciente pois que não é um objeto, mas o que rende possível os objetos, é a constelação onde o nosso porvir pode-se ler »²⁰. Tentemos, porém, de fazer abstração desta falta de separação entre consciência e inconsciente – que psicanalistas como Pontalis, Green ou Lacan virão a reprochar a Merleau-Ponty. Seguindo a leitura de Merleau-Ponty, se admitirmos que eis aqui uma conceição da psicanálise distinta da tradicional crítica da heteronímia, poderemos, em vista disso, confirmar a pertinência do conceito de autonomia na psicanálise? Procuraremos, a seguir, achar uma resposta a esta pergunta num percurso muito rápido da obra de Freud.

A autonomia como auto-fundação da vontade relacionada com a auto-reflexão dela parece ser excluída da psicanálise. Os conceitos de compulsão (*Zwang*) e de repetição (*Wiederholung*), recorrentes em toda a obra de Freud, vêm atestar disso. A compulsão resulta de um incidente sexual reproduzido numa outra fase, afirma Freud na carta endereçada a Fliess o 6 de dezembro 1892²¹. Manifesta-se como descarga sexual ulterior, ocorrendo muitos anos depois dos órgãos genitais de uma criança serem excitados, acrescenta na carta do 14 novembro 1897²². A compulsão é relacionada de novo com a vida sexual no texto *Ação compulsional e exercícios religiosos*, e fica definida como um pensamento que se substitui à ação, na neurose obsessiva, como no caso do *Homem das ratas*. Toda vida amorosa, em visto disso, compor uma dimensão compulsiva, declara Freud na *Psicologia da vida amorosa*²³. Em *Alem do princípio de prazer*, a compulsão de repetição, índice de uma repetição do recalcado em vez da sua rememoração, é atribuída à luta do recalcado inconsciente com as resistências do ego. Essa compulsão é colocada por cima do princípio do prazer, e, não limitando-se para nada à mera transferência dos neuróticos, irrompe na vida dos não neuróticos na forma de uma « compulsão de destino », um « destino que os persegue, (...) orientação demoníaca da existência deles, e a psicanálise pretendeu desde o princípio que tal destino era, na mais grande parte, preparado pelo sujeito mesmo e determinado pelas influências da primeira infância »²⁴. Ao seguir esta linha de abordagem, Freud identifica a compulsão de repetição com a pulsão de morte, concebida biologicamente como movimento inerente ao orgânico vivo em direção à restauração de um estado anorgânico.

Ora, que acontece com o conceito mesmo de autonomia nos escritos de Freud ? Lembremo-

¹⁹ Merleau-Ponty, *Le visible et l'invisible*, p 309

²⁰ *ibid.* p 234

²¹ Freud, *Naissance de la psychanalyse*, p 157

²² *ibid.* p 206

²³ Em *La vie sexuelle*, p 50

²⁴ Freud, « Au-delà du principe de plaisir », in *Essais de psychanalyse*, p 61.

nos, todavia, que nunca se usa, na obra freudiana, o termo kantiano de *Autonomie*, mas antes o de *Selbständigkeit*, alternativamente traduzido por « autonomia » e « independência » nas múltiplas versões francesas, o de uma versão espanhola à outra²⁵. Delineiam-se, porém, na obra freudiana, dois usos globais : à autonomia do paciente, por um lado, próxima da autonomia da criança, opõe-se, por outro lado, a autonomia dos processos inconscientes. Essa ramifica-se em autonomia dos sistemas, das instâncias e das pulsões.

Sendo a autonomia dos sistemas mais especificamente a autonomia do inconsciente, ela é interpretada como equivalente ao recalçamento e as neuroses na carta a Fliess do 19 Setembro 1901²⁶. Na décima quinta das lições de *Introdução à psicanálise*, retomando a questão, Freud evoca a autonomia da vida onírica. Essa autonomia dos sistemas estabelece uma ruptura categórica entre os sistemas consciente (Cs) e inconsciente (Ics), no texto de 1915 titulado *O Inconsciente*, onde, acrescenta Freud, o inconsciente tem « uma independência e uma indiferença a todo tipo de influência quase incríveis »²⁷. Refere-se Freud aqui à legalidade própria do inconsciente, que se fundamenta sobre uma autonomia dos processos primários separados por inteiro dos processos secundários do consciente. O termo de autonomia vem a aplicar-se ainda à instância do superego, ao considerar a oposição crítica do superego ao ego, separados por clivagem na melancolia. Freud sublinhe, em *Luto e melancolia* ou na trigésima e primeira conferência das *Novas conferências de introdução à psicanálise*, a crueldade desta instância com respeito ao ego. O terceiro sentido da autonomia dos processos inconscientes concerne a autonomia das pulsões respeito à vida genital, ou entre elas. As pulsões parciais, como por exemplo a do prazer de olhar e se mostrar, são, durante a infância, umas « tendências autônomas ao princípio distintas da atividade sexual erógena »²⁸. No ensaio sobre a sexualidade infantil (o segundo dos *Três Ensaio sobre a teoria sexual*), Freud vê-se impelido a conceder à componente cruel da pulsão sexual uma autonomia ainda mais grande em relação às zonas erógenas. Abordando de novo o tema na quarta das *Cinco lições sobre a psicanálise*, Freud vem a recordar que na sexualidade infantil, cada pulsão procura-se a satisfação independentemente de todas as outras. Esta autonomia caracteriza também as pulsões na sexualidade perversa que não se sujeitam à genitalidade.

Vemos então que nestas três acepções da autonomia dos processos inconscientes, na autonomia seja dos sistemas, seja das instâncias ou das pulsões, não se trata para nada da

²⁵ Quando José Luiz Etcheverry usa o termo « autonomía », Luis López Ballesteros traduz por « independencia », e vice-versa.

²⁶ « O meu objetivo era precisar o mais que poder a minha contribuição à teoria das neuroses e acrescentar que o recalçamento e as neuroses, portanto a autonomia do inconsciente, presumem a existência de uma bissexualidade », em Freud, *Naissance de la psychanalyse*, p 299.

²⁷ Freud, *L'inconscient*, in *Métapsychologie*, p 107

²⁸ Freud, *Trois essais sur la théorie sexuelle*, p 119

autonomia da vontade, mas ao contrário de uma legalidade específica a vida inconsciente alienando o homem e revelando-se maioritariamente patológica, na neurose, na melancolia ou na perversão. Trate-se aqui, mesmo que no quadro de uma indistinção entre autonomia e independência, no termo *Selbständigkeit*, da legalidade de um sistema que se rege si mesmo, uma legalidade separada por inteiro da legalidade consciente. Eis, a nosso ver, uma irônica autonomia do inconsciente como sistema, instâncias ou pulsões, pois que vem reduzir a do sujeito e traduz-se exatamente pela heteronímia dele. Não tendemos, não obstante, a interpretá-la da nossa parte como heteronímia total, senão cairíamos de novo na crítica da pulsão como força escura aniquilando o sentido.

Encontramo-nos então diante de um a vera aporia. Por mais que declarem as críticas fenomenológicas, a psicanálise não pronuncia uma sentença de heteronímia total do sujeito, pois que, como vimos, o inconsciente não se limita a processos deterministas naturalistas nem à má fé e procede, ao contrário, do sentido também. Porém, não deixa de animar o sujeito de movimentos dos que não decide ele diretamente, desbaratando assim a pretensão de uma vontade luminosa à legalidade universal. Não viria esta afirmação confirmar de novo as críticas do naturalismo ? Deve-se ler Freud « como se lê um clássico » indica Merleau-Ponty no prefácio do livro de A. Hesnard, além do objetivismo, mais também além da filosofia da consciência de Husserl nas *Ideen I*. O naturalismo não é recusado, pois que prevalece só numa leitura apressada, e, aliás, permite evitar o idealismo da filosofia da consciência. Porém, não é aceitado literalmente : Merleau-Ponty invita a reformular os conceitos freudianos por não falhar a idéia do sentido incarnado. Assim como o naturalismo freudiano é lido metaforicamente, não dever-se-ia considerar metaforicamente esta autonomia, designando o automatismo de processos que, ainda que não se confinam ao mero reino da consciência, não provocam a sujeição total do indivíduo ? Seria portanto, de forma metafórica, uma legalidade, mesmo que alheia à auto-legalidade, pois que não há sujeito determinando a lei.

Por outro lado, o sujeito pode legiferar só sobre as suas representações conscientes. Como então poder-se-ia falar de autonomia se esta se reduz aos móveis conhecidos das ações sobre as que o sujeito quer legiferar, em outros termos se é parcial ? Resta, aí, o seguinte paradoxo o pelo menos contradição *in adjecto* : esta legalidade, ainda que tenha que ser universal, determinar-se-ia unicamente em certos elementos – conscientes – e permaneceria dependente de uma legalidade por inteiro alheia em outros – inconscientes.

Para tentar responder a esta linha de questionamentos, examinemos como Freud concebe a autonomia do paciente. A autonomia vem associada ao sujeito quando Freud, procurando descrever o processo da criança crescer e pensar por si, aborda o escepticismo dela diante de certas explicações ou sugestões dos adultos. Trata-se aqui da autonomia espiritual da criança

ao recusar a fábula da cegonha, que Freud comenta em *Uma memória infantil de Lenorato da Vinci* ou na vigésima lição de *Introdução à psicanálise*. Esta autonomia é evocada inclusive na análise do pequeno Hans, quando este está a procura de explicações sexuais que não sejam influenciadas por sugestões adultas. E, a nosso ver, relacionada com a pulsão de saber ou pulsão de pesquisa (*Wiss-oder Forschertrieb*) e qualifica o primeiro movimento de aparição de um pensamento teorizante na criança.

Na vida adulta, uma falta particular de autonomia, ao contrário, é que Freud salienta em *Psicologia das massas e análise do ego*. Procurando elaborar a especificidade da atitude particular dos homens em uma multidão, Freud relaciona as suas heteronímias com o duplo vínculo presente na multidão, ou seja a identificação dos membros entre eles, e a introjeção do líder em lugar do ideal do ego.

A pesar dessas ocorrências particulares de autonomia do sujeito como criança, ou de falta de autonomia do membro de uma multidão, a verdade é que Freud evoca raramente a autonomia do paciente. Nas raras ocasiões em que Freud a cita, destacam as duas seguintes : ao sublinhar, na *Dinâmica da transferência*, que se salva a « independência » final do paciente se a sugestão se usa só no processo da transferência ; e ao evocar, no princípio do texto *Análise com fim, análise sem fim*, o paciente russo a quem « foi possível (...) render uma grande parte da sua autonomia »²⁹. Por consequência, por mais que pretenda Castoriadis, Freud nunca aborda frontalmente a autonomia do paciente.

Podemos portanto manter aqui as hipóteses de Castoriadis, e continuar a dizer que o objetivo da psicanálise é o sujeito aceder à autonomia ? Lembremos alguns aspetos da cura psicanalítica. De certo, tratava-se, num primeiro momento das conceições freudianas, de substituir ao constrangimento inconsciente uma vontade consciente. O texto *A psicoterapia* de 1905 põe em relevo a carga da psicanálise : traduzir o inconsciente em consciente para que o paciente não sofra mais do constrangimento que subjuga a sua vida. Mas, ao considerar mais precisamente os textos, esta « tradução » não é senão uma fase preliminar do tratamento, como alega Freud em *A propósito da psicanálise dita selvagem*, em 1910, onde aparece claramente que a cura não é garantida só com os sucessos da infância serem conhecidos. A ignorância do paciente – com respeito aos sucessos da infância – é baseada sobre as resistências, e elas é que a análise procura descobrir. Definindo o neurótico pela incapacidade a gozar ou agir, Freud concede à análise, na lição « A terapia analítica », em 1916, o alvo de liberar a libido dos seus vínculos atuais, subtraídos ao ego, afim de pô-la ao serviço do ego. Mas isso ocorre à condição de uma nova edição dos conflitos antigos ser criada, no quadro da transferência. A dupla carga de encher as lacunas da memória e vencer as resistências do

²⁹ op.cit. in *Résultats, idées, problèmes*, p 232.

inconsciente deve se aliar, então, com o substituir à impulsão à memória uma compulsão a repetição na transferência, como escreve Freud em *Rememoração, repetição, perlaboração*. A compulsão a repetição, como já vimos em *Além do princípio de prazer*, vem anular toda autonomia, pois que a lei da repetição subtrai a direção da vida à iniciativa da vontade. Por conseguinte, ao usar o que provoca heteronímia, a repetição, é que a psicanálise orienta o analisado na direção da autonomia. Mas deverás, trata-se aqui de autonomia ?

Antes de autonomia, Freud evoca, em *Construções no análise*, uma maturação psíquica que o paciente deve atingir, depois de os recalcamientos do início do desenvolvimento serem levados. Vejamos mais precisamente como, em *Análise com fim, análise sem fim*, Freud expõe a fim da cura, no duplo sentido de alvo e de terminação. O fim da análise depende de uma dupla condição : o paciente ser liberado dos seus sintomas, angustias e inibições por um lado, e, por outro, o recalcado transformado em consciente, o incompreensível elucidado e as resistências interiores vencidas, serem suficientes para que os processos patológicos não se repetirem. De certo no caso de uma etiologia traumática da neurose, a análise pode realizar o seu alvo, e « substituir, graças ao enforcamento do ego, uma resolução correta à decisão inadequada procedendo de uma idade precoce »³⁰. Mas ao seguir só esta via, se desleixam as outras etiologias da neurose : a origem constitucional, resultando da força da pulsão, e a origem « evolucionar », diríamos, procedendo da modificação desfavorável do ego na sua luta defensiva. Por conseguinte, mesmo se a análise tem por fim de domar a pulsão integrando-a na harmonia do ego, e tenta de corrigir ulteriormente o processo de recalcamiento originário, não consegue continuamente este objectivo. Quase sempre restam resíduos das organizações anteriores, e por mais que se progrida, os recalcamientos nunca desaparecem por inteiro para serem substituídos por um domínio fiável e conforme ao ego. Freud acrescenta ainda que « no caso de uma força pulsional excessivamente grande, o ego amadurecido e segurado pela análise falha na sua carga, como outrora o ego desprovido »³¹.

O objetivo do analista pode ser, então, submeter, a través de uma aliança com o ego do analisado, as partes não dominadas do id dele, para as integrar na síntese do ego. Porém, acrescenta Freud, o ego normal apontado por essa aliança é só uma ficção ideal. Para o homem « sano », também uma parte da libido é abstraída do domínio do ego, pois que a diferencia entre sano e neurótico é quantitativa – trata-se em efeito de uma diferencia entre energias livres e energias mobilizadas pelo recalcamiento.

Além disso, embora Castoriadis tê-lo declarado, o fim da análise não tê nada a ver com à

³⁰ Freud, *Analyse avec fin et analyse sans fin*, in *Résultats, idées, problèmes II*, p 235

³¹ *ibid.* p 245

única atividade reflexiva de uma subjetividade. Essa conceição termina excluindo do campo psicanalítico a irredutível dualidade do reconhecimento intelectual, por um lado, e do vivido afetivo por outro. Na *Negação*, por exemplo, Freud distingue o conhecimento intelectual do recalcado por um lado, da recusa afetiva dele por outro : na negação, ainda que seja aceitado intelectualmente o recalcado, mantêm-se o processo de recalçamento. Ao aumentar o saber do analisado não é que o analista produz mudanças em ele. Mesmo se o efeito terapêutico consiste a tornar consciente o recalcado, graças à interpretação do analista, esta termina valendo só pelo analista se o analisado a aceita intelectualmente mas fica ligado às suas defesas.

Outrossim, ao ser insuficiente a única via da reflexividade, a análise não se deve confundir com nenhuma perspectiva pedagógica. De certo, o analista pode se colocar as vezes como educador ou aconselhador, e portanto a análise pode se conjugar a uma influência educativa, como sublinha Freud em *As novas vias da terapêutica*. A condição disso, porém, é o analista procurar não modelar o paciente mas antes ajudar-lhe a liberar e aperfeiçoar a sua personalidade. A pedagogia confina-se, na leitura freudiana do texto *A terapêutica analítica*, só a suggestionar, o que significa desleixar as razões do estado mórbido, e só exigir do paciente que deixe de expressá-las em sintomas. Portanto, a sugestão, na hipnose por exemplo, é um processo cosmético que cobre e oculta, ao passo que a análise aparece como um processo cirúrgico que descobre e leva. Aqui jaz toda a diferencia entre a técnica *per via di porre* e a *per via di levare*³².

³² Freud, *De la psychothérapie*, in *La technique analytique*, p 13

Conclusão

Na psicanálise freudiana, não parece haver autonomia, a nosso ver, ao não reduzi-la ao sentido negativo de um funcionamento auto-normado escapando à consciência. Esta autonomia, como autonomia seja dos sistemas, seja das instâncias ou das pulsões, revela-se patológica. Se a autonomia do inconsciente fosse total, traduzir-se-ia pela heteronímia radical do sujeito, pois que não decidiria em nada das leis dos seus pensamentos e ações. Eis aqui provavelmente a radicalização lacaniana da « autonomia do Simbólico », separação do inconsciente caracterizada pela autonomia de um significante detrás do que se esvanece o sujeito. A mais, ao inverter a lei moral kantiana, em *Kant com Sade* ou no livro VII do *Seminário, A ética da psicanálise*, Lacan termina identificando a autonomia da vontade definida por Kant com a heteronímia provocada pelo inconsciente. A mesma lei, segundo Lacan, é que garante a autonomia por Kant e o desejo por Sade, pois que a moral kantiana, alheia a qualquer objeto de afeição - cujo interesse seria « patológico » em termos kantianos – seria, para Lacan, uma formulação do desejo puro sacrificando todo objeto de amor com a sua ternura humana³³. Portanto, Lacan permite-se substituir ao imperativo categórico kantiano, como equivalente, a máxima sadiana de gozo universal.

Cabe ressaltar, além das reservas que tenhamos com respeito a esta leitura do imperativo categórico, que a autonomia do inconsciente permanece como conceito limite, tal como a desunião das pulsões que Freud postula à origem do vivo. A esse respeito, a autonomia do inconsciente nunca se realiza completamente.

Mesmo se a psicanálise tenta liberar o sujeito submetido ao funcionamento do inconsciente, não é possível, a nosso ver, seguir aqui Castoriadis no seu estudo e aplicar a esta iniciativa da psicanálise o termo de autonomia. As críticas afirmando que a psicanálise condena o homem a uma heteronímia radical podem se afastar por uma filosofia que teorize uma intencionalidade corporal, como a de Merleau-Ponty. Porém, esta filosofia arrima-se sobre uma conceição de indivisão entre o inconsciente e o consciente. Se admitirmos a importância da separação constitutiva do inconsciente que Freud põe em relevo, podemos então seguir falando de autonomia, quando a afetividade é separada do conhecimento, ou, em termos kantianos, a faculdade de desejar da de conhecer ?

Considerando que a análise permitiria passar de um patológico – a neurose – a um normal – todavia muito relativo, como indica Freud – a conceptualização do *Normal e o patológico* de Canguilhem poderia ser pertinente aqui. Sendo o normal uma normatividade, a capacidade de inventar normas e de se adaptar a toda situação nova, o patológico, ao contrário é um atolar-se em normas antigas que não podem se modificar. Neste sentido, uma análise que corre bem

³³ Cf. O livro XI do *Seminário, Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, sessão do 24 junho 1964

restauraria a normatividade e permitiria o acesso à autonomia considerada como auto-normatividade. Pois isso define todo processo terapêutico, e a autonomia, nesse sentido, não é específica à análise.

O que a psicanálise não reduza o homem à heteronímia radical, mas antes a uma dependência relativa também significa que não permite-lhe aceder a uma autonomia inteira. Seria, parece-nos, pertinente de restituir a distinção teórica entre autonomia e independência, para vermos que se trata mais de independência na psicanálise que de autonomia. A autonomia é um *estado*, e define-se como legalidade de si, sendo inteiramente possuídos os móveis do agir, ao passo que a independência é sobre tudo uma *relação* entre um sujeito que decide dos seus atos, e os motivos exteriores à sua consciência que poderiam os determinar. Nunca se elimina totalmente o recalamento, nunca se integra totalmente o id por um ego, que nunca domina completamente as forças pulsionais. As manifestações do inconsciente na vida quotidiana, sonhos, lapsos, esquecimentos de nomes ou atos falhados vêm atestar disso.

Por consequência, o objetivo da psicanálise é menos a autonomia – quase impossível, existindo o inconsciente – que uma independência mais ou menos grande quanto ao recalamento e as resistências. A relação de independência entre o analisado e o seu inconsciente parecer-se-ia logo a esta impressão *sine materia*, tão presente mesmo que apenas perceptível, que o barco, ao aproximar-se, causa no narrador ficado no cais, na *Óda Marítima* de Fernando Pessoa :

« Olho de longe o paquete, com uma grande independência de alma,
E dentro de mim um volante começa a girar, lentamente »

Bibliografia

Ludwig BINSWANGER

- *Analyse existentielle et psychanalyse freudienne. Discours, parcours, et Freud*, trad. Roger Lewinter, Gallimard, 1970

Cornelius CASTORIADIS

- *L'Institution imaginaire de la société*, Seuil, coll. Points Essais, Paris, 1975

- *Les Carrefours du labyrinthe*, Seuil, Paris, 1978

- *Le Monde morcelé. Les Carrefours du labyrinthe, III*, Seuil, Paris, 1990

- *Fait et à Faire. Les Carrefours du labyrinthe, V*, Castoriadis, Seuil, Paris, 1997

- *Figures du pensables. Les carrefours du labyrinthe, VI*, Seuil, Paris, 1999

René DESCARTES

- *Lettres*, in *Œuvres philosophiques III, 1643-1650*, Classiques Garnier, Paris, 1998

- *Les Méditations métaphysiques*, in *Œuvres philosophiques II, 1638-1642*, Classiques Garnier, Paris, 1999

Sigmund FREUD

- *La Naissance de la psychanalyse (1887-1902)*, trad. Anne Berman, PUF, Bibliothèque de psychanalyse, Paris, 1956

- *Résultats, idées, problèmes I (1890-1920)*, trad. baixo a direção de Jean Laplanche, PUF, Bibliothèque de psychanalyse, Paris, 1984

- *Névrose, psychose et perversion (1894-1924)*, trad. baixo a direção de Jean Laplanche, PUF, Bibliothèque de psychanalyse, 1973

- *Etudes sur l'hystérie (1895)*, PUF, Bibliothèque de psychanalyse, Paris, 1971

- *L'interprétation des rêves (1900)*, trad. I. Meyerson, revue par Denise Berger, PUF, 1926 et 1967

- *Cinq leçons sur la psychanalyse (1904)*, trad. Yves Le Lay et S. Jankelevitch (trad. revue), Payot, 1980

- *Trois essais sur la théorie sexuelle (1905)*, trad. Philippe Koeppel, Gallimard, Folio, Paris, 1987.

- *La vie sexuelle (1907-1931)*, trad. Denise Berger et Jean Laplanche, PUF, Bibliothèque de psychanalyse, 1969

- *Cinq psychanalyses (1905-1925)*, trad. Marie Bonaparte et, Rudolph Loewenstein, PUF, Bibliothèque de psychanalyse, 1954

- *La vie sexuelle (1907-1931)*, trad. Denise Berger et Jean Laplanche, PUF, Bibliothèque de psychanalyse, 1969

- *Un souvenir d'enfance de Léonard de Vinci (1910)*, trad. J. Altoumian, A. et O. Bourguignon, P. Cotet et A. Ranzy, Gallimard, Connaissance de l'Inconscient, 1987

- *Métapsychologie (1915)*, trad. Jean Laplanche et 3.-B. Pontalis, Gallimard, Folio, 1968

- *Psychopathologie de la vie quotidienne*, trad. S. Jankelevitch (trad. revue), Payot, 1981

- *Essais de psychanalyse (1915-1923)*, trad. baixo a direção de Jean Laplanche, Payot, 1982

- *Le rêve et son interprétation (1921)*, trad. Hélène Legros, Gallimard, Folio, 1985

- *Résultats, idées, problèmes II (1921-1938)*, trad. baixo a direção de Jean Laplanche, PUF, Bibliothèque de psychanalyse, 1985

- *Nouvelles conférences d'introduction à la psychanalyse (1933)*, trad. Rose-Marie Zeitlin, Gallimard, Folio, Paris, 1984
- *Abrégé de psychanalyse (1946)*, trad. Anne Berman, revisada e corrigida por Jean Laplanche, PUF, Bibliothèque de psychanalyse, 1949 et 1985

Edmund HUSSERL

- *Idées directrices pour une phénoménologie. Livre II*, trad. Eliane Escoubas, PUF, col. Epimethee, 1982

Emmanuel KANT

- *Critique de la faculté de juger*, Gallimard, Paris, 1985
- *Fondements de la métaphysique des mœurs*, Delagrave, Paris, 1974

Jacques LACAN

- *Ecrits*, Paris, éd. Seuil, 1966.
- *Le Séminaire, livre XI, Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*, Paris, éd. Seuil, 1973.

Maurice MERLEAU-PONTY

- *Phénoménologie de la perception*, Gallimard, Paris, 1945
- Préface à *L'Oeuvre de Freud*, A. Hesnard, Payot, Paris, 1960
- *Le Visible et l'invisible*, Gallimard, Paris, 1960
- *Résumés de cours. Collège de France. 1952-1960* Gallimard, Paris, 1968
- *Notes de cours au Collège de France. 1959-1961*, 1996
- *La Nature. Notes. Cours du Collège de France*, Seuil, 1994
- *L'Institution. La passivité. Notes de cours au Collège de France. 1954-1955*, Belin, Tours, 2003

Jean-Paul SARTRE

- *L'Être et le Néant*, Gallimard, Paris, 1943